



PREFEITURA DE
CAAPORÃ
construindo uma nova história

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação acostada é verdadeira e reafirmo a solicitação do pagamento referente aos meses de Setembro e Outubro, para que seja cumprido o compromisso firmada entre o Servidor e a Gestão Municipal. Esses Servidores em regime de contrato vinculado à Secretária de educação exerceram suas atividades profissionais, nos meses acima citados, mas não receberam seus proventos.

Por ser verdade, dou fé e assino.

Euriclea Ferreira Santos de Souza
EURICLEA FERREIRA SANTOS DE SOUZA

Secretaria de Educação



PREFEITURA DE
CAAPORA
constituindo uma nova história

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os servidores em relação anexa, exerceram atividades profissionais nos meses de Setembro e Outubro 2018. Os mesmos não receberam seus salários referentes aos referidos meses.

Por ser verdade, dou fé e assino.

NEUMA CLEA VELOSO CORREIA

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

2017/2018



REQUERIMENTO

Informações do requerente:

Nome: <u>Enika da Silva Bezerra</u>			
CPF/CNPJ	<u>028.144.904-00</u>	Estado civil:	Telefone:
Endereço: <u>Fazenda Galva</u>			
Bairro:	<u>Fazenda Galva</u>	Cidade:	<u>Caapora</u> UF: <u>PB</u> CEP: <u>58.328-000</u>
Cargo:	<u>Gestora</u>	Lotação:	<u>Educação</u> Matrícula: <u>10000266</u>
E-mail:		RG: <u>2254436</u>	

Venho requerer de Vossa Senhoria:

<input type="checkbox"/>	Certidão
<input type="checkbox"/>	Licença prêmio
<input type="checkbox"/>	Licença sem vencimento
<input type="checkbox"/>	Férias
<input checked="" type="checkbox"/>	Outros - Especificar
Justificativa/ Exposição de Motivos/ Outras informações Complementares: <u>Reconhecimento de Dívida</u>	

Caapora, 04 de Abril de 20 19

ASSINATURA DO REQUERENTE



PREFEITURA DE
CAAPORÃ
construindo uma nova história

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que:
Erika da Silva Bezerra, CPF nº
029.144.904-00 e RG nº 225.4426 exerceu suas
atividades, função: Letora, em regime de
contrato, vinculado a Secretaria de Educação do Município de Caaporã-
PB, cumprindo jornada de trabalho de 40h horas semanais, na escola
Municipal Eneias Possidonio, nos meses de
setembro e outubro de 2018.

Por ser verdade, dou fé e assino.

Caaporã, 18 / 03 / 2019

Euriclécia Ferrira G. de Souza
Assinatura

Wladimir

PONTO DE TRABALHO 2018

Número	Hora de entrada	Assinatura	Refeição ou descanso		Assinatura
			Saída	Entrada	
01		Wladimir	01:00	11:00	
02		Wladimir	12:00	17:00	
03		Wladimir	07:00	11:00	
04		Wladimir	13:00	12:00	
05		Wladimir	08:00	11:00	
06		Sábado	-	-	
07		Domingo	-	-	
08		Facultativo	-	-	
09		Wladimir	17:00	17:00	
10		Wladimir	07:00	11:00	
11		Wladimir	13:00	17:00	
12		FERIANO	-	-	
13		Sábado			
14		Domingo			
15		FERIANO			
16		Wladimir	08:00	17:00	
17		Wladimir	07:00	21:00	
18		Wladimir	13:00	17:00	
19		Wladimir	07:00	11:00	
20		Sábado			
21		Domingo			
22		Wladimir	07:00	11:00	
23		Wladimir	13:00	17:00	
24		Wladimir	07:00	11:00	
25		Wladimir	13:00	17:00	
26		Wladimir	07:00	11:00	
27		Sábado			
28		Domingo			
29		Facultativo	-	-	
30		Wladimir	13:00	17:00	
31					

Setembro PONTO DE TRABALHO 2018

Número	Hora de entrada	Assinatura	Refeição ou descanso		Assinatura
			Salda	Entrada	
01	—	Sábado	—	—	
02	—	Domingo	—	—	
03		Segunda	07:00	11:00	
04		Segunda	13:00	17:00	
05		Segunda	07:00	11:00	
06		Segunda	13:00	17:00	
07		Feriado			
08	—	Sábado	—	—	
09	—	Domingo	—	—	
10	07:00	Segunda	11:00		
11	13:00	Segunda	17:00		
12	07:00	Segunda	11:00		
13	13:00	Segunda	17:00		
14	07:00	Segunda	11:00		
15		Sábado	—	—	
16		Domingo	—	—	
17	07:00	Segunda	11:00		
18	13:00	Segunda	17:00		
19		Fal 13 (interdição)			
20	07:00	Segunda	11:00		
21	13:00	Segunda	17:00		
22	—	Sábado	—	—	
23	—	Domingo	—	—	
24	07:00	Segunda	11:00		
25	13:00	Segunda	17:00		
26	07:00	Segunda	11:00		
27	13:00	Segunda	17:00		
28	07:00	Segunda	11:00		
29	—	Sábado	—	—	
30	—	Domingo	—	—	



ESTADO DA PARAIBA
MUNICÍPIO DE CAPORA
FICHA FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2018

18/06/2019

Matrícula: 10208	Nome: ERIKA DA SILVA BESSERRA	C.P.F.: 028.144.804-00	PIB/PASEP-190.25937.12.0	Data Nasc.: 26/02/1977											
Orgão: 02071 - SEC. EDUCACAO FUNDEB 50%	Cargo: 0670- COORDENADOR	Regime: CON	Data Adm.: 02/01/2017												
Config	Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	S	O	N	D	12º Salário	Total
VANTAGENS															
1130	RENTIMEN	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	-	-	-	-	2.100,00	2.100,00
1183	GRAT SEC	780,00	780,00	780,00	780,00	780,00	780,00	780,00	780,00	-	-	-	-	-	-
	TOTAL DE VANTAGENS - R\$	2.080,00	2.080,00	2.080,00	2.080,00	2.080,00	2.080,00	2.080,00	2.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00	2.100,00
DESCONTOS															
2100	INSS	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	-	188,00
	TOTAL DE DESCONTOS - R\$	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	0,00	188,00
	VALOR LIQUIDO - R\$	1.976,00	1.976,00	1.976,00	1.976,00	1.976,00	1.976,00	1.976,00	1.976,00	1.976,00	1.976,00	1.976,00	1.976,00	0,00	1.912,00
	TOTAL DE DESCONTOS - R\$	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	0,00	188,00
	VALOR LIQUIDO - R\$	1.872,00	1.872,00	1.872,00	1.872,00	1.872,00	1.872,00	1.872,00	1.872,00	1.872,00	1.872,00	1.872,00	1.872,00	0,00	1.724,00

OBS.: Este documento não é válido como comprovante de rendimentos para declaração de IRPF, pois poderá haver valores que não foram pagos.



PARECER TÉCNICO N.º 027/2019

Processo/Ofício/SESCAA n.º. 156/2019

Assunto: Reconhecimento de Dívida

Objeto: Folha de pagamento

Secretaria Interessada: Secretaria Municipal de Finanças

Empresa Interessada: ERIKA DA SILVA BESERRA CPF: 028.144.904-00

Veio ao conhecimento desta Controladoria para análise e emissão de Parecer Técnico pedida quanto ao reconhecimento de dívida a respeito do não pagamento dos vencimentos do servidor supracitado, conforme declaração em anexo do Secretário de Finanças.

É o relatório.

Conforme constam nos documentos anexos ao processo e por informações colhidas com o pessoal dos recursos humanos, restou constatado que alguns servidores ficaram de fora da folha de pagamento mesmo prestando serviços à Edilidade.

Pelo que, define-se o reconhecimento de dívida como o procedimento administrativo instaurado com o fim de indenizar o contratante de boa-fé, por serviços ou produtos entregues à Administração Pública, sem a regular cobertura contratual e sem o efetivo pagamento.

A legislação vigente admite o instrumento de reconhecimento de dívida como forma de não incorrer o contratante em enriquecimento injustificado em face do empobrecimento do contratado.

A Lei 4.320/64 versa que:

"Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica"

Cabe destacar ainda, que a mesma norma que autoriza o reconhecimento de dívida, também exige que a Administração Pública apure a responsabilidade do servidor que deu causa ao não empenhamento em data devida, com a consequente prestação de serviço ou fornecimento de produto, haja vista que o dispositivo legal sob análise, parágrafo único do art. 59 da lei 8666/93, é expresso neste sentido: *"promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa"*.

Isso porque, os servidores públicos estão obrigados a seguir a legislação. Ora, se houve a nulidade de algum contrato, houve o descumprimento de alguma norma por parte do agente administrativo, com prejuízo ao interesse público, sendo necessária apurar a responsabilidade e, se for o caso, aplicar alguma sanção administrativa ao referido infrator.

A ausência da apuração não impede o pagamento da indenização, pois representaria enriquecimento ilícito à Fazenda Pública. Porém, acarretará responsabilização administrativa da autoridade competente pela autorização do pagamento, por omissão do dever legal de comunicar a irregularidade à autoridade competente pela apuração.

Portanto, o reconhecimento de dívida se apresenta como um procedimento administrativo que viabilizará o pagamento de indenização, com fulcro no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93, desde

que



PREFEITURA DE
CAAPORÁ

construindo uma nova história

- a) comprovada prestação de serviço à Administração Pública;
- b) ausência de coberta contratual válida, para o serviço prestado à Administração Pública;
- c) boa-fé do particular, representada pela sua não concorrência à nulidade contratual;
- d) ausência de pagamento serviço, fornecido sem cobertura contratual.

Diante do exposto, estando presentes os requisitos supracitados, a declaração de reconhecimento de dívida por parte do Secretário de Finanças, o atesto da prestação dos serviços para a Prefeitura Municipal de Caaporá, a dotação orçamentária e demais documentos que instruem o processo, **OPINO favoravelmente ao pagamento referente aos vencimentos trabalhados e não percebidos nos meses de setembro e outubro de 2018 no valor total de R\$ 4.200,00.**

Por fim, para evitar qualquer responsabilidade administrativa ao ordenador da despesa, deve ser apurada ainda, a responsabilidade do servidor que deu causa à ausência de cobertura contratual.

É o Parecer.

Caaporá/PB, 19 de junho de 2019.


Flávio Augusto Cardoso Cunha
Controlador Geral do Município
Mat. 10000234